

Comuna de Paris – e do mundo *Commune of Paris - and the world*

Vânia Noeli Ferreira de Assunção*

Palavras-chave:

Marxismo; Comuna de Paris; revolução social.

Key words:

Marxism; Commune of Paris; social revolution.

MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo: 2011. 268 p. R\$ 43,00.

Em 2011, celebraram-se os 140 anos da Comuna de Paris, evento de importância ímpar para o movimento operário – um verdadeiro divisor de águas. Afinal, pela primeira vez os trabalhadores modernos tomaram o poder – e logo em uma capital europeia –, no qual permaneceram por 72 dias, até serem massacrados pelas tropas francesas a serviço do governo de Adolphe Thiers e do capitalismo internacional.

Esse evento histórico foi analisado por Marx em sua célebre obra *A guerra civil na França*, oportunamente reeditada pela Boitempo Editorial. Com “Apresentação” do Prof. Antonio Rago Filho, além do texto principal, a edição conta com as duas primeiras mensagens da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre a Guerra Franco-Prussiana já tradicionalmente publicadas com ele desde a edição comemorativa dos 20 anos da Comuna. Há também a “Introdução” de Engels de 1891, correspondência de Marx pertinente ao tema, entrevista concedida por ele a um jornal inglês sobre a Associação Internacional dos Trabalhadores e, pela primeira vez no Brasil, os “Materiais preparatórios” para a redação do livro, que a editora designa como “rascunhos”, embora sejam mais que isso. Como os *Grundrisse*, trata-se, ao feito de Marx, de esboços escritos para seu próprio esclarecimento, nos quais desenvolve mais longamente tematizações que aparecem apenas pontuadas no texto principal. Exemplifique-se com a discussão sobre a formação do estado, na qual Marx retoma muito de perto as detalhadas observações que já fizera em *O 18 brumário de Luís Bonaparte*, acrescentando-lhes novos elementos oriundos do desenrolar do “pestilento” Segundo Império. Assim, o significado da Comuna para a emancipação do trabalho, seu caráter de forma política da emancipação social, bem como sua relevância (daí advinda) para o próprio gênero humano aparecem com toda força nos “Materiais preparatórios”, sendo apenas assinalados conclusivamente no texto principal. Reflexões de ampla significação – como aquela em que Marx, pontualmente, afirma que a atual forma classista da propriedade é transitória e que sua abolição não necessariamente significa o fim de toda propriedade – deixaram de constar na versão final, mas estão embutidas na discussão sobre as realizações da Comuna que apontavam para o comunismo. Por fim, outra reflexão bastante interessante, que retoma e completa discussões já levadas a cabo em outros textos dos anos 1840 e 1850, aborda a distância da Comuna em relação ao pensamento utópico, o que demonstra a maturidade alcançada pelos agentes históricos da emancipação humana em 1871. Diversos outros exemplos poderiam ser juntados. Dessa maneira, há que comemorar o fato de que os textos completos estejam disponíveis em língua pátria para a realização de pesquisas mais aprofundadas.

Nos textos coligidos na edição da Boitempo, Marx faz um retrato implacável do “governo de defesa nacional” que assumiu o poder após a derrota na Guerra, de seu nascimento, significado e membros. Manifesta, em relação a ele, a profunda corrupção pessoal e institucional advinda de seu caráter de usurpação. O pensador alemão faz um esforço hercúleo, ainda, para defender a Comuna das mentiras sobre ela publicadas pela imprensa

* Socióloga, mestre e doutora em ciências sociais pela PUC-SP. Professora de pós-graduação no Centro Universitário da Fundação Santo André e na Cogea/PUC-SP. E-mail: vanianoeli@uol.com.br

internacional e que consistiu em grande ataque coordenado dos jornais burgueses contra a insurreição, inclusive salientando quem eram seus dirigentes e sua história de luta. Salienta como o estado se desenvolveu historicamente em correspondência com a complexificação da sociedade civil. Aponta o republicanismo como uma forma particular de domínio de classe – reino anônimo do capital, em que se amalgamam todas as formas de repressão dos regimes passados. Retoma o “Baixo Império” bonapartista para demonstrar como aquele “pandemônio de infâmias” representava exatamente a última forma, a mais poderosa expressão do poder estabelecido, elaborada para dar a impressão de independência com relação à sociedade, mas na verdade instituído para defender o capital. Já a Comuna é apresentada de maneira oposta, quer dizer, como forma de organização que aponta para o futuro, viçosa e pujante, destituída de caráter repressivo e voltada contra o estado ele mesmo, não contra uma forma específica de poder estatal. Embora fosse socialista apenas tendencialmente, sua própria existência possibilitou a superação dos antigos parâmetros práticos e teóricos de revolução, dando novo significado a esse termo.

A importância da obra ora publicada avulta quando se recorda que Marx não abordou a questão política senão em discussões acerca de questões históricas específicas, como é o caso do livro em pauta. Trata-se da obra em que o pensamento de Marx sobre a política atinge sua plena maturidade, embora já fosse adulto desde 1842/43. Em seus textos anteriores, o pensador alemão já havia deixado clara sua visão da politicidade. De fato, em 1843 ele romperá definitivamente com o pensamento hegeliano ao qual se filiara parcialmente até então, descartando o pensamento especulativo e, simultaneamente, reafirmando a certeza sobre a existência do real, sensível e objetivo. A partir da afirmação sobre o primado ontológico do real, sua explanação sobre a politicidade parte da compreensão da sociedade civil como determinante em relação à política e ao estado.

Desde 1843, portanto, o pensador alemão já chamava a atenção para a dualidade do indivíduo na sociedade moderna, verdadeiro dilaceramento, isolado que está em relação à sua vida social, cindido em cidadão público e indivíduo vivo, atuante e egoísta na vida privada. O estado político, segundo Marx (2011), é a vida genérica do homem em oposição à sua vida material cujos pressupostos egoístas continuam existindo na sociedade civil/burguesa. A perda do controle sobre a própria vida possibilita a submissão dos homens a um poder material que se apresenta fora de seu controle, mas que faz as vezes de interesse geral, uma comunidade ilusória. Ou seja, no estado político desenvolvido o homem é um ser genérico imaginário, despojado do conteúdo real de sua vida individual, mas cotidianamente é o traço do indivíduo egoísta que prevalece, despreocupado com as questões relativas à comunidade. Donde a incompetência da administração diante de problemas sociais, os quais o estado atribui a leis naturais, inatingíveis pelo poder humano, ou à vida privada, imune à sua atuação, ou ainda a alguma transgressão administrativa.

Para alterar este estado de coisas, Marx destacava como necessária uma dupla revolução. A revolução política, parcial, feita por uma classe que, ao se libertar, instituisse seu domínio sobre a sociedade como um todo; e a revolução social, radical, cujo agente seria o proletariado, que levaria à emancipação *humana*, de caráter geral e mais profundo. A revolução social necessita da forma política para que se efetive a autoemancipação da classe social portadora da lógica onímoda do trabalho e, por conseguinte, a emancipação humana que com ela se confunde. Enquanto libertação de uma classe ou categoria social, ou seja, na sua roupagem parcial, sua tarefa é política: destruir o estado de coisas vigente, os antagonismos de classes e as próprias classes, incluindo a trabalhadora. A revolução social, contudo, vai mais além e possibilita a reorganização das forças sociais, sua reabsorção pela comunidade, levando os homens a prescindir da intermediação estatal; assim a emancipação efetiva-se e começa o reino da liberdade, início verdadeiro da história humana. O poder político é sempre uma forma de dominação classista; suprimidos os antagonismos de classes e posta sob controle social toda a produção, o poder político perderá seu caráter político e surgirá uma nova forma de organização social, associativa, em que *o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos*.

Marx observa, pois, que o mundo político é imperfeito, é uma etapa inferior da história humana, ao qual poderia suceder um patamar superior. O socialismo não objetiva a constituição de um novo estado nem o domínio de outra classe sobre as demais, mas a emancipação universal, referida à livre construção do humano. O filósofo tinha claro o caráter parcial e limitado da política e de sua forma própria de emancipação – que liberta o homem egoísta, fragmentado, impotente, base do estado – comparativamente à emancipação humana; esta significa a reapropriação das suas forças sociais pela própria sociedade, a reabsorção pelos homens mesmos daquelas forças usurpadas e degeneradas pelo estado, em seu processo de autoconstituição – o fim da politicidade. Marx percebeu que, longe de ser característica intrínseca ao ser social e máxima expressão de sua racionalidade, a política é originada de graves questões sociais irresolutas que emergiram em algum momento da história humana e essa impossibilidade de solução pela própria comunidade se dá devido à sua irremediável divisão em classes sociais. Desse modo, criticava a política em sua essência, isto é, não se propunha a uma melhora ou perfectibilidade do estado; em verdade, censurava ontologicamente as próprias premissas da política. Tratava-se de *ir além da política*.

Foi nesse sentido que a Comuna apontou. Marx elenca suas ações (nos “Materiais preparatórios” ele as divide em medidas para as classes trabalhadoras, medidas que beneficiam trabalhadores e classes médias, medidas gerais e outras voltadas à questão da segurança) e indica seus significados. A Comuna decretou a redução da

jornada de trabalho para dez horas, a proibição de imposição de multas nas fábricas e oficinas, a supressão de trabalho noturno nas padarias, a entrega de fábricas abandonadas por seus donos a conselhos operários, a eleição da direção de fábricas por trabalhadores, a criação de uma bolsa-trabalho, a concessão de pensões às viúvas e aos órfãos dos guardas nacionais mortos na guerra, a moratória para o reembolso de dívidas, a suspensão de pagamento de aluguéis. Sob sua existência, todos os ocupantes de cargos administrativos tornaram-se demissíveis e os funcionários passaram a receber salários semelhantes aos de um operário qualificado; os direitos políticos de estrangeiros foram reconhecidos; o exército permanente foi abolido e substituído por milícias populares; a separação entre igreja e estado foi instituída e o ensino gratuito, laico e obrigatório foi decretado. A Comuna ainda extrapolou o papel que até então era o da administração municipal, nomeando juizes e outros funcionários da justiça.

Em sua análise, Marx clarifica que a Comuna significou “a reabsorção do poder de estado pela sociedade, que constitui suas próprias forças vivas, em lugar de forças que a controlem e subjuguem”. É *a forma política da emancipação social*, à qual está destinado o desmonte do aparelho estatal-parlamentar; ela oferece os meios organizados e racionais de ação “em que essa luta de classe pode percorrer suas diferentes fases da maneira mais racional e humana possível” (MARX, 2011, p. 131). “Foi, portanto, uma revolução não contra essa ou aquela forma de poder estatal, seja ela legítima, constitucional, republicana ou imperial”, continua o pensador. “Foi uma revolução contra o estado mesmo, este aborto sobrenatural da sociedade, uma reassunção, pelo povo e para o povo, de sua própria vida social”. E acrescenta: “Não foi uma dessas lutas insignificantes entre as formas executiva e parlamentar da dominação de classe, mas uma revolta contra ambas essas formas, integrando uma à outra”. Marx conclui que, enquanto o “Segundo Império foi a forma final dessa usurpação estatal”, por sua vez, a “Comuna foi sua direta negação e, assim, o início da Revolução Social do século XIX” (MARX, 2011, p. 127).

As revoluções anteriores aperfeiçoaram o estado; a revolução social (do trabalho) estava madura para desbaratá-lo. Produto da única classe que ainda tinha possibilidade de iniciativa histórica, elástica, expansiva, despojada de caráter repressivo, atuava (nos limites de uma capital sitiada e sob ataque) pela eliminação das bases econômicas das classes sociais, além de uma transformação política, dando início à inauguração da emancipação do trabalho que chegaria quando se pusesse “a espada nas mãos da Revolução Social”. Instituída e espalhada a Comuna, a sociedade reabsorveria suas próprias potências vivas e atuantes, até então subtraídas pelo estado e usadas para controlá-la, constituindo-se no momento político da revolução social, tal como Marx havia exposto nos seus primeiros textos. Trata-se de uma primeira etapa da emancipação do trabalho, que conjuga transformação política e reforma econômica, tarefas políticas que visavam a destruir a própria política (forma de dominação de classe) e que possibilitariam a substituição do trabalho escravizado pelo capital por trabalho livre e associado. Nesse sentido é que Marx adverte como está correto o lema “Estamos aqui pela humanidade!”: “Paris, fiel aos seus antecedentes históricos, busca a regeneração do povo francês fazendo dele o paladino da regeneração da velha sociedade, fazendo da regeneração do humano o negócio nacional da França!” Na Comuna, como raramente acontece na história, a causa proletária – e mais, a causa *humana* – era a causa nacional francesa defendida por Paris, motivo pelo qual “Paris hasteou a bandeira do gênero humano!” (MARX, 2011, p. 105).

Poucos meses antes da proclamação da Comuna, Marx advertira os proletários franceses de que qualquer tentativa de tomar o poder significaria quase uma aventura, um verdadeiro “assalto aos céus” e uma “loucura desesperada” (embora não tenha titubeado em apoiar a insurreição, uma vez efetivada). Na análise levada a cabo no *A guerra civil* e nos seus “Materiais preparatórios”, diversas críticas são tecidas por ele à experiência iniciada em 18 de março de 1871. Dentre elas pode-se citar a leniência, o “excesso de humanidade” no trato dos comunardos com seus inimigos de classe, o que acabou por permitir sua fuga com armas e dinheiro e sua reorganização para atacar Paris; e a opção por gastar tempo com eleições, quando deveriam dedicar-se com todas as forças à guerra, entre várias outras. Seu apoio à Comuna, portanto, não era um mero apoio tático, que desconsidera acriticamente erros, incoerências e fragilidades dos proletários no poder em nome da unidade formal perante o inimigo. Na verdade, dizia Marx (2011, p. 130), o próprio fato de existir foi a maior realização da Comuna:

Quaisquer que sejam os méritos das medidas singulares da Comuna, sua mais formidável medida foi sua própria organização, improvisada no momento em que em uma porta estava o inimigo estrangeiro e em outra o inimigo de classe, provando com sua vida sua vitalidade, confirmando sua teoria com sua ação.

A Comuna concedeu imensuráveis ensinamentos ao movimento operário, “dando corpo às aspirações da classe trabalhadora de todos os países” e, “sem apoiar-se na força bruta”, assumiu a liderança do movimento social internacional. Mesmo que a mudança nas condições só possa advir de um longo processo de desenvolvimento, assevera Marx, a forma comunal pode significar grandes avanços – esse é um dos ensinamentos que vão além das realizações daqueles 72 dias que mudaram o mundo, donde o convite para (re)ler e refletir sobre os limites e possibilidades da emancipação do trabalho tal como se apresentavam naquele tempo e como se manifestam agora, nestes inícios de século XXI.